

Nota Informativa

Edição 094/2024

DESTAQUES

Reforma tributária: grupo de trabalho promete texto final de regulamentação para o dia 3 de julho

Decreto de Lula dá voz à Anatel e tira espaço da Aneel no uso dos postes

Anatel multará em até R\$ 6 mi sites que vendem celulares piratas

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Governo apresenta diretrizes para uso de Inteligência Artificial no serviço público

Ministro-chefe do GSI estima em mais de R\$ 1 trilhão prejuízo do país com crimes cibernéticos.

REFORMA TRIBUTÁRIA

Transição para o novo sistema é tema de audiência pública na Câmara dos Deputados

Especialistas defendem ampliação do cashback de impostos para inscritos em programas sociais

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Governo Federal lança Estratégia Nacional de Governo Digital

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Venda de receita da PPSA é cogitada para bancar desoneração

Lula volta a criticar juros e erra ao citar BB e Caixa

Imposto mais alto para mulheres amplifica desigualdade de gênero

Governo quer começar revisão de benefícios em julho e prevê economizar R\$ 20 bi em 2025

MDIC cria o Sistema Nacional de Economia de Impacto

POLÍTICA

Lula descarta reforma ministerial e diz estar satisfeito

TRABALHISTA

Brasil chega a 100 milhões de empregados e bate recorde histórico

DESTAQUES

Reforma tributária: grupo de trabalho promete texto final de regulamentação para o dia 3 de julho

Poder Legislativo | 21/06/2024 – 08h

O grupo de trabalho que analisa o texto principal da regulamentação da reforma tributária prevê entregar seu parecer até o dia 3 de julho. A ideia, segundo disseram membros do grupo de trabalho (GT) ao Estadão/Broadcast, é de que haja uma espécie de imersão nos dias 1.º e 2 do mês que vem para fechar o projeto de lei complementar e deixá-lo pronto para votação no plenário. A aprovação da proposta e também do segundo projeto de regulamentação da tributária é “prioridade total” para o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). O GT é composto por sete deputados e todos deverão assinar o relatório, ou seja, não haverá relator único nem no plenário. Quando a equipe foi criada, havia uma expectativa de que um dos nomes fosse escolhido para constar no parecer, mesmo que de forma apenas protocolar. A tendência agora, contudo, é de assinatura conjunta. A leitura do texto no plenário, na hora da votação, também deverá ser dividida entre os integrantes do GT. O tempo é curto para aprovar no semestre os dois projetos de regulamentação da emenda constitucional da reforma tributária, como quer Lira. Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Decreto de Lula dá voz à Anatel e tira espaço da Aneel no uso dos postes

Poder Executivo | 21/06/2024

O Decreto presidencial 12.068/24, publicado na sexta, 21/6, encerra meses de disputas entre Anatel e Aneel sobre o novo regulamento para uso de postes do setor elétrico por empresas de telecomunicações. O decreto regulamenta a licitação e a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica e estabelece novas diretrizes para a modernização das concessões. Mas nele, o governo aproveitou para superar se as elétricas “devem” ou “podem alugar” os postes. A grande questão é que não se definiu o custo pelo uso dos postes, outro ponto bastante polêmico entre teles e concessionárias de energia. Lula pendeu para Telecom na cizânia entre obrigar ou facultar às distribuidoras de energia o aluguel dos postes às teles. E aplicou ao Decreto a redação já aprovada pela Anatel, mas que enfrenta forte oposição na Aneel. Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Anatel multará em até R\$ 6 mi sites que vendem celulares piratas

Poder Executivo | 20/06/2024 – 15h25min

A Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) publicou um despacho na 6ª feira (21.jun.2024) que estabelece a punição de marketplaces –lojas virtuais– que negociam celulares sem certificação homologada pelo órgão regulador. No documento, a autarquia exige a remoção de anúncios dos aparelhos sem o aval e a inclusão de um aviso com o código de homologação da Anatel. A exposição do aviso passa a ser uma condição necessária para publicidade dos produtos. As multas para as empresas que não se

adequarem variam de R\$ 200 mil a R\$ 6 milhões. Outras consequências da não conformidade são a retirada de anúncios de todos os equipamentos eletrônicos do site e até a derrubada do ar do endereço eletrônico. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Governo apresenta diretrizes para uso de Inteligência Artificial no serviço público

Poder Executivo | 20/06/2024 – 14h42min

O governador Carlos Massa Ratinho Junior formalizou na quinta-feira (20), no Connect Week, um dos maiores eventos de tecnologia do País, as Diretrizes para Adoção da Inteligência Artificial na Administração Pública Estadual. O documento delinea as iniciativas e ações já empreendidas pelo governo para aproveitar todo o potencial da IA na melhoria dos serviços públicos, na eficiência da gestão e no desenvolvimento socioeconômico do Paraná, e também aponta caminhos para o futuro. O plano também prevê a expansão estratégica da adoção de IA, o aprofundamento das parcerias com o setor privado, universidades e a disseminação da cultura de inovação em todo o governo. O documento fará parte do anteprojeto que será enviado à Assembleia Legislativa sobre a implementação de soluções de Inteligência Artificial no Estado. Diretrizes para Adoção da Inteligência Artificial na Administração Pública Estadual. Fonte: Governo do Estado do Paraná

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Ministro-chefe do GSI estima em mais de R\$ 1 trilhão prejuízo do país com crimes cibernéticos.

Poder Executivo | 20/06/2024

A Política Nacional de Cibersegurança foi tema de debate, na terça-feira (18), na Subcomissão Permanente de Defesa Cibernética. Convidado da audiência pública, o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República, general Marcos Antônio Amaro, estimou em mais de R\$ 1 trilhão o prejuízo do país com crimes cibernéticos. "O Fórum Econômico Mundial avalia que cerca de 14% do PIB dos países do mundo todo são consumidos pelos crimes cibernéticos; 14% do nosso PIB seria R\$ 1,5 trilhão. Se as iniciativas relacionadas à criação de um órgão de governança, fiscalização e controle resultam em uma economia de 10% do que se perde, seria de R\$ 150 bilhões. O volume de recursos que se perde com crime cibernético sem dúvida é inimaginável". Fonte: TI Inside

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

REFORMA TRIBUTÁRIA

Transição para o novo sistema é tema de audiência pública na Câmara dos Deputados

Poder Legislativo | 21/06/2024 – 12h31min

A fixação das alíquotas de referência na transição para o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e para a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) foi o tema da apresentação feita pelo secretário extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy, em audiência pública na Câmara dos Deputados, na quarta-feira (19/6). Concentrada na transição para o novo sistema de tributação, a audiência foi realizada pelo Grupo de Trabalho (GT) dedicado ao debate do Projeto de Lei Complementar (PLP) 68/2024 na Câmara dos Deputados. Os PLPs 68/2024 e 108/2024, enviados pelo Executivo ao Congresso Nacional em abril e junho, respectivamente, contêm as propostas de regulamentação da Emenda Constitucional (EC) 132, promulgada em dezembro e que promove a Reforma Tributária do consumo no país. Fonte: ASCOM MF

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Especialistas defendem ampliação do cashback de impostos para inscritos em programas sociais

Poder Executivo | 20/06/2024 – 19h31min

Participantes do debate sobre desigualdade no Grupo de Trabalho sobre a

Regulamentação da Reforma Tributária (PLP 68/24) defenderam cashback de 100% sobre todos os produtos consumidos pelas famílias do Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico). O cashback é a devolução, para o cidadão, dos novos impostos sobre consumo previstos na reforma, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). No projeto, o governo sugeriu 100% de cashback na CBS, que é federal, para a compra de botijão de gás, e de 50% da CBS para contas de luz, água, e gás encanado. Os demais produtos teriam 20% da CBS, que também seria o percentual geral para o IBS. No caso do IBS, estados e municípios poderiam ampliar a devolução em legislação própria. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Governo Federal lança Estratégia Nacional de Governo Digital

Poder Executivo | 21/06/2024 – 13h09min

Governo Federal lançou, na sexta-feira (21/6), a Estratégia Nacional de Governo Digital, durante a Caravana Federativa do Piauí, em Teresina (PI). O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e a ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, assinaram o decreto que estabelece o planejamento na área até 2027. Uma das novidades para a implantação da estratégia será uma linha de crédito em parceria com a Caixa, na carteira de Financiamentos à Infraestrutura e ao Saneamento (FINISA), que tem orçamento total de até R\$ 8,2 bilhões em 2024. A Estratégia Nacional é um conjunto de recomendações e orientações para que o Governo Federal, os estados e os municípios construam suas próprias Estratégias de Governo Digital, buscando a ampliação e a simplificação do acesso a serviços públicos. Entre os seus princípios estão a busca por um Estado brasileiro que seja mais inclusivo, eficaz, inteligente, transparente, participativo e sustentável. Fonte: Governo Digital

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Venda de receita da PPSA é cogitada para bancar desoneração

Poder Executivo | 21/06/2024 – 13h53min

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) receberá uma nova proposta sobre como compensar a desoneração da folha de pagamentos de 17 setores da economia e de parte dos municípios brasileiros. A ideia que está sendo defendida por alguns congressistas é ressuscitar o PL 1.583/2022, que antecipa recebíveis da PPSA (Pré-Sal Petróleo). A receita possível pode passar dos R\$ 300 bilhões. Há estimativas no mercado que falam em até R\$ 500 bilhões. Esse volume de recursos não só cobriria as despesas da desoneração da folha de salários como também poderia ajudar a equipe econômica a zerar o déficit público em 2024, reconquistar a confiança do mercado, fazer a inflação cair e dar conforto ao Banco Central voltar a cortar a taxa básica de juros, a Selic. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Lula volta a criticar juros e erra ao citar BB e Caixa

Poder Executivo | 21/06/2024 – 13h31min

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse na 6ª feira (21.jun.2024) que a taxa básica, a Selic, a 10,5% ao ano não tem “explicação” ou “critério”. Ele também cometeu um erro ao citar os dados de volume de crédito dos 5 maiores bancos do país. Lula disse que Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil têm uma carteira de crédito maior que “os outros 3 grandes bancos”. A informação está errada. A Caixa tinha R\$ 1,144 trilhão em carteira em março de 2024, último dado disponível. Já o Banco do Brasil tinha uma carteira de crédito de R\$ 1,138 trilhão. Ambos somam R\$ 2,282 trilhões em crédito. O Bradesco (R\$ 889,9 bilhões), o Itaú (R\$ 1,185 bilhões) e o Santander Brasil (R\$ 654,0 bilhões) totalizam R\$ 2,729 bilhões. Os dados constam nos balanços financeiros dos bancos. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Imposto mais alto para mulheres amplifica desigualdade de gênero

Poder Executivo | 21/06/2024 – 05h01min

O retrato do comércio exterior mundial é mais complexo do que se supõe à primeira vista. Quando desagregadas por gênero, as estatísticas mostram que as mulheres aparecem em desvantagem em várias frentes. Estão em minoria nas posições de comando das companhias exportadoras, e no quadro de seus funcionários. São mais numerosas nos segmentos que enfrentam as maiores barreiras para o mercado externo: as pequenas e microempresas, que sofrem com o alto custo das burocracias e a falta de acesso a financiamento, ou aquelas que atuam nos setores de têxteis, calçados e serviços, tradicionalmente mais protegidas em outros países. Não só isso. Estudos recentes apontam que sobre produtos consumidos pelo público feminino costumam incidir tributos mais elevados, sobretudo de exportação. A chamada “tarifa rosa”, que onera cosméticos, higiene pessoal ou itens feitos para o consumo delas (como barbeadores ou panelas de arroz de cores associadas a mulheres) pode levar os preços das mercadorias a valores até 30% mais altos. Depois de alimentos, a indústria feminina e do cuidado são as mais tributadas. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Governo quer começar revisão de benefícios em julho e prevê economizar R\$ 20 bi em 2025

Poder Executivo | 20/06/2024 – 20h59min

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) planeja começar a revisão de benefícios concedidos pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) ainda no mês de julho de 2024. A medida é um dos pilares do plano do Executivo para conter gastos e fechar a proposta de Orçamento de 2025. Estimativas preliminares indicam a possibilidade de economizar cerca de R\$ 20 bilhões no ano que vem com o cancelamento de benefícios considerados indevidos. O valor se somaria aos R\$ 9,2 bilhões que o governo já espera poupar em 2025 com a implementação do Atestmed, sistema online que dispensa a perícia presencial para concessão inicial de auxílio-doença, e mudanças no Proagro, seguro para pequenos e médios produtores rurais. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

MDIC cria o Sistema Nacional de Economia de Impacto

Poder Executivo | 20/06/2024 – 20h01min

Para fortalecer a economia de impacto em todas as regiões do país, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) instaurou, na quinta-feira (20), o Simpacto, um sistema nacional que irá promover o alinhamento das legislações de estados e municípios brasileiros com as diretrizes da Estratégia Nacional de Economia de Impacto (Enimpacto). A economia de impacto é aquela que promove um ambiente de negócios voltado a soluções para problemas sociais e ambientais, gerando inclusão, renda, bem-estar social, inovação e desenvolvimento econômico. O Simpacto é um sistema uniformizado que irá desenvolver parcerias com as políticas públicas dos estados, observando as especificidades de cada território, para fomentar iniciativas de impacto. A cerimônia que instaurou o Simpacto contou com a presença do secretário executivo do MDIC, Márcio Elias Rosa, e do secretário de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria, Rodrigo Rollemberg. Elias Rosa afirmou o compromisso do presidente Lula e do vice-presidente Geraldo Alckmin em concretizar uma política de desenvolvimento econômico com sustentabilidade social, econômica e ambiental. “Esse tripé está presente no Sistema Nacional de Economia de Impacto”, afirmou o secretário executivo. Fonte: ASCOM MDIC

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

POLÍTICA

Lula descarta reforma ministerial e diz estar satisfeito

Poder Executivo | 21/06/2024 – 14h02min

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) declarou na 6ª feira (21.jun.2024) que está “satisfeito” com seus ministros e descartou uma reforma ministerial no momento. Falou

em fazer mudanças “na hora que for necessário”. “Não vejo nenhuma necessidade de fazer reforma ministerial, estou satisfeito com meus ministros. [...] Com a experiência que tenho, não preciso fazer reforma. Na hora que precisar, vou mudar as pessoas. Mas estou com um governo muito bom”, afirmou o presidente em entrevista à rádio Meio, de Teresina (PI). Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TRABALHISTA

Brasil chega a 100 milhões de empregados e bate recorde histórico

Poder Executivo | 21/06/2024 – 13h31min

O número de pessoas ocupadas no Brasil atingiu um marco histórico em 2023, com 100,7 milhões de empregados em 2023, uma alta de 1,1% sobre o resultado de 2022. Com isso, a taxa de ocupação da população ficou em 57,6%. As informações constam em relatório da Pnad Contínua 2023 divulgado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) na 6ª feira (21.jun.2024). Apesar do recorde do último ano, a maior taxa de ocupação pertence a 2013, que contava com 58,3% da população empregada. O cálculo é feito com base na população total com idade para trabalhar (14 anos ou mais) desde 2012. Em 2023, o grupo somou 174,8 milhões de pessoas, um aumento de 0,9% sobre 2022. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)